

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DE SÃO PAULO
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES –
ÊNFASE NO MAGISTÉRIO SUPERIOR

CARLOS CÉSAR LEONARDI

EDUCAÇÃO E CULTURA: REVISITANDO CONCEITOS

SÃO PAULO
2014

CARLOS CÉSAR LEONARDI

EDUCAÇÃO E CULTURA: REVISITANDO CONCEITOS

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo como requisito parcial para a conclusão do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Formação de Professores – Ênfase no Magistério Superior.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Valéria Cordeiro Fernandes Belletati

SÃO PAULO
2014

“Necessitamos um do outro, para sermos nós mesmos”

Santo Agostinho (Argélia, 354 – 430)

RESUMO

O trabalho visa a um entendimento das noções de educação e de cultura no seio das dinâmicas sociais. Ambas as definições, de educação e de cultura, são complexas e pertencentes a um determinado momento histórico que são dinamizadas no processo evolutivo dos pensamentos e das relações humanas que se configuram no espaço-tempo. A construção e a transmissão das ideias de educação e de cultura de uma população em um determinado contexto social são resultados dessas próprias ideias que ao mesmo tempo promovem e desenvolvem concepções que lhe dão origem, ou seja, é uma retroalimentação conceitual. As definições são amplas e abarcam os diferentes interesses. Há noções de cultura superior, cultura popular, educação informal e assim por diante. Vale ressaltar que um viés político sempre está presente nas relações sociais de poder, mesmo que não as percebam diretamente na criação das definições estudadas. Para o desenvolvimento do trabalho utilizou-se a pesquisa bibliográfica em textos impressos e os conceitos estudados basearam-se principalmente em Durkheim, Pérez-Gómez, Silva e Libâneo, no trato das questões sobre a educação. Quanto à cultura, utilizou-se sobremaneira Malinowski, Hell e Candau, dentre outros autores menos citados. A pesquisa visa, ainda, a preencher eventuais lacunas que abrangem a relação entre os conceitos e a gerar reflexões para o aprofundamento nos estudos a todos aqueles que se interessam pela temática, além de, dar subsídios para os trabalhos desenvolvidos dentro das atividades acadêmicas. Conclui-se que a cultura é inerente à condição humana e o processo de educação constitui o fenômeno de transmissão desses modos culturais, tanto concretos quanto simbólicos, que permitem a perpetuação do sujeito enquanto ser social.

Palavras-chave: Educação – Cultura – Sociedade – História

ABSTRACT

The paper aims at an understanding of the concepts of education and culture within the social dynamics. Both definitions, education and culture are complex and belonging to a particular historical moment that are streamlined in the evolutionary process of thought and human relations that are configured in space-time. The construction and transmission of ideas of education and culture of a population in a given social context are the results of these very ideas that simultaneously promote and develop concepts that give rise to it, ie, is a conceptual feedback. The definitions are broad, encompassing the different interests. There are notions of high culture, popular culture, informal education and so on. It is noteworthy that a political bias is always present in social relations of power, even if not directly perceive them in creating the settings studied. For the development of the work we used the literature in printed texts and concepts studied were mainly based on Durkheim, Pérez-Gómez, Silva and Libâneo, in dealing with issues on education. As for culture, we used greatly Malinowski, Hell and Candau, among other authors cited less. The survey also aims to fill any gaps covering the relationship between concepts and generate reflections to deepen the studies to all those interested in the subject, besides, make allowances for the work undertaken within the academic activities. We conclude that culture is inherent to the human condition and the process of education is the transmission of these cultural phenomena, both concrete and symbolic modes that allow the perpetuation of the subject as a social being.

Keywords: Education - Culture - Society - History

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	07
2. EDUCAÇÃO	11
2.1 A dualidade da educação e o papel do Estado	16
2.2 A educação como processo histórico-social	24
3. CULTURA	29
3.1 A cultura como identidade humana	36
3.2 Atualizando a noção de cultura	40
4. CONCLUSÕES	50
REFERÊNCIAS	54

1. INTRODUÇÃO

Muito se ouve falar em educação e em cultura, são termos referenciados nos trabalhos de pesquisas, e que muitas vezes aparecem como já entendidos e assimilados, mesmo que, surjam com significações diferenciadas de acordo com a obra na qual nos debruçamos para estudar.

Este trabalho tem por objetivo pesquisar de maneira mais precisa a significação dos termos em questão, além de traçar um paralelo entre ambos, pois a nosso ver são designações complementares e se fundamentam um no outro.

O momento histórico se faz importante para a compreensão e significação dos conceitos em pauta e ao longo do trabalho notar-se-á o vaivém na cronologia dos autores apresentados, que embora se distanciem no tempo, fixam em seus escritos argumentações que auxiliam e ampliam o entendimento das questões.

Não consideramos que algo feito preteritamente deva ser desprezado, pois todo estudo já realizado serve de base para o seu aditamento e suplantação. Talvez seja mais fácil trabalhar sobre conceitos já prontos, tanto no sentido de compreendê-los como para posterior refutação ou complementação.

Diante do exposto anunciamos o problema que mobiliza este trabalho e que nos inquieta, quer seja, entender as definições de educação e cultura, que de tão amplamente aduzidas, não paramos para uma análise mais apurada e refletida sobre as mesmas.

No nosso entendimento o sentido só se faz a partir de um estudo sociológico, ou seja, a compreensão está no contexto social ao qual são referenciadas, tanto a educação quanto a cultura. Desta feita, o presente trabalho insere-se em uma temática dos estudos sociais e que pode ser introduzido, de maneira mais específica, na sociologia da educação, pois se compreende que a educação faz parte de em um contexto social amplo. O mesmo é válido para o estudo da cultura, que se firma com o homem, indivíduo e ser social, ao longo da história, ao mesmo tempo em que este a constrói.

A importância deste estudo configura-se no fato de se obter mais elementos argumentativos que subsidiarão um melhor entendimento das definições dos termos estudados, possibilitando a utilização de maneira mais adequada e justificada dos mesmos, além de atribuir sentidos às construções articuladas do conhecimento.

Conforme Gatti (2010), ao se tratar de questões conceituais, de seus sentidos e de se discutir características de um campo de conhecimento, está-se diante de questões

teórico-epistemológicas que se complementam com as questões histórico-sociais, ambas presentes neste trabalho.

Assim, espera-se justificar a importância do trabalho, cujo objetivo geral é contribuir para a reflexão e, quiçá, elucidação maior sobre os conceitos de educação e cultura. Trata-se de uma questão epistemológica, como já explicitado, na qual a construção das interpretações conceituais processa-se na relação entre sujeito, sociedade e história.

Para tanto, elegemos como objetivos específicos, conceituar educação a partir de Durkheim (1967), autor clássico, que tem na educação um meio para a socialização do indivíduo, cotejando com concepções de outros autores atuais, como Pérez Gómez (2001), que vislumbra a educação como possibilidade de emancipação do sujeito em suas tomadas de decisão; Silva (2013), atualiza o conceito de educação no plano da pós-modernidade, onde muitas categorias são dissolvidas pela fluidez dos acontecimentos; Libâneo (2005; 2013), que considera a educação como uma instituição social associada a processos de comunicação e interação entre os sujeitos, além de outros autores citados a título de exemplificação corroborativa.

O mesmo fez-se no sentido de conceituar cultura, tomando Malinowski (1975), que entende a cultura como a construção de mecanismos de adaptação do homem ao meio físico e espiritual, dialogando com concepções de outros autores, como Cascudo (2004), que faz uma definição etimológica da cultura e perpassando pela assimilação do termo no Brasil; Hell (1989), que aponta a cultura e a educação para a formação do homem em sua plenitude. Sua ideia de cultura relaciona-se com a educação, com a política e toda a vida; Candau (2002) reporta-se a diversos autores que entendem a cultura em sua multiplicidade e dinamismo, atualiza o conceito ao chamado mundo pós-moderno e inclui na discussão questões de identidades híbridas, termo esse emprestado de Canclini; Silva (2013) dá ênfase ao multiculturalismo e cita os estudos culturais como uma nova abordagem para os entendimentos da cultura.

Nota-se que a escolha dos autores baseou-se em clássicos da literatura específica e para tanto, são atemporais, ou seja, a discussão está sempre atual independentemente do período em que foram escritas. Salientamos que a pesquisa observou a importância dos estudos sociológicos no qual a história, a geografia e a política sempre estão presentes.

Para atingir os objetivos propostos, organizamos o trabalho da seguinte forma: primeiramente, na seção 2, quanto à educação, pensou-se em Durkheim (França, 1858-1917) não pelo fato de ser um positivista¹, mas sim pela razão de imprimir à educação um caráter sociológico na qual ela é vista em um esforço contínuo para a preparação da vida em sociedade já que é a vida em comum que imprime certos valores à educação, ou seja, Durkheim (1967) aborda a educação pelo seu aspecto de fenômeno social e embora estude com mais precisão a sociedade francesa ele não faz prevalecer o nacionalismo sobre os fins humanos e sociais da educação, já que o processo educativo é universal. Pensamos também que a educação é um instrumento importante para o entendimento da dinâmica que nos impõe a sociedade. Para tanto, buscou-se em Pérez Gómez (2001), que enfatiza a educação como, ao mesmo tempo, impositora de um sistema social já consagrado e possibilitadora de mudanças para uma prática refletida que fomenta a oportunidade de construção de um mundo mais justo.

Quanto à reflexão e à compreensão de cultura, seção 3 deste trabalho, buscou-se em Malinowski (Polônia, 1884 – EUA, 1942), em função de ser considerado um dos fundadores da antropologia social² e contemporâneo de Durkheim.

Utilizamos a pesquisa bibliográfica como metodologia para o desenvolvimento do trabalho, por meio da leitura e confrontação de ideias com os textos dos autores e com constantes retomadas às definições mais atualizadas.

A pesquisa bibliográfica, segundo Severino (2007, p. 122), “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos [...] já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados”, foi desta maneira que o presente trabalho desenvolveu-se.

Salientamos que os próprios métodos são fatos sociais. O livro é um fato social. O culto do livro ou o declínio dele depende dos aspectos histórico-sociais, inclusive o

¹ O positivismo é um sistema filosófico que pretende emancipar-se da metafísica e basear-se nos dados da observação e da experiência. O positivismo de Durkheim é de orientação científica. Assim, conforme Durkheim, é a ciência que ensina a reconhecer o que é fundado na natureza das coisas e que confere autonomia ao indivíduo a vivificar, a conciliar e a depurar os elementos caducos da sociedade na qual se deverá tornar membro ativo. A ciência, no entanto, não é refeita por sua experiência própria, ela é social e não individual. A ciência se ensina e se aprende.

² Tem por objetivo o estudo do homem e das sociedades humanas na sua vertente cultural.

entendimento que damos da sua leitura é uma versão: a minha versão depende do cabedal de vida que venho a ter naquele determinado momento.

Quanto mais conhecermos a natureza das coisas, mais poderemos utilizá-las convenientemente. Acreditamos que tal máxima valha para tudo.

2. EDUCAÇÃO

Com esta seção pretende-se discutir a elaboração conceitual do que vem a ser educação em seu sentido genérico, ou seja, tecer um relato para a compreensão do fenômeno educativo, levando-se em consideração os fenômenos sócio-históricos das relações humanas que subsidiam a própria formação do que se entende por educação.

Podemos dizer que o processo do fenômeno educativo está imerso nas relações humanas amplas e ocorre em um meio social demarcado pela história e é dessas relações que os procedimentos práticos se impulsionam para a formação da educação. Entender o que vem a ser a educação parece-nos uma necessidade que em muitos casos a racionalidade impõe, ou seja, ansiamos de uma conceituação que dê conta de abarcar o fenômeno educativo.

Acreditamos que a gênese da educação provém das relações sociais e assumiu importância em virtude da capacidade de reflexão que possuímos e da necessidade de nos posicionar frente às demandas existentes do mundo. Assim, busca-se em Durkheim o entendimento da educação que é abordada como fenômeno social ao meio, definindo-a como a socialização do ser.

O homem se faz humano por meio das suas relações e tradições sociais que têm como produtos as religiões, a moral, as ciências, as artes, as línguas, todas obras coletivas.

Ao iniciarmos com que Kant, citado em Durkheim (1967), nos disse “o fim da educação é desenvolver, em cada indivíduo, toda a perfeição de que ele seja capaz”, indagamos, como o fez Durkheim, o que vem a ser perfeição? Para uma pessoa, ou o conjunto delas, perfeição pode significar algo que é distinto no entendimento de outro grupo.

Não existe perfeição porque as pessoas são diferentes, suas aptidões são diferentes e suas funções na sociedade também se diferem. Embora discordemos com que Durkheim (1967, p. 34) diz: “Nem todos somos feitos para refletir”, no sentido em que uma sociedade necessita de homens que pensam e outros que ajam, pois esse entendimento segrega pessoas. De um lado os que decidem e de outro os que executam a decisão, muitas vezes imposta. Temos o exemplo histórico da escravidão no Brasil, quando a dicotomia apresentada fica evidente.

Não queremos dizer com isso que esta ou aquela atividade seja mais importante. Devemos respeitar a inclinação natural da pessoa, se é que assim podemos dizer, para decidir por si só. Mas, uma vez decidido, mesmo que em um determinado momento da vida, deverá ter a oportunidade para desenvolver as suas potencialidades, talvez aqui resida a perfeição. Permitir o afloramento das vontades e desejos do indivíduo, completando-o, por meio da educação e da liberdade na criação de sua identidade.

A educação varia com o tempo e com o meio. Durkheim (1967, p. 35) relata que a educação nas cidades gregas e latinas antigas conduzia os indivíduos a subordinar-se à coletividade e que o esforço na atualidade é para torná-los autônomos. Vale salientar que a frase é do final do século XIX e início do século XX, e acreditamos que hoje ainda é válida: o indivíduo deve ser autônomo, porém, reflexivo e atuante no meio em que vive e não simplesmente consumidor de ideias e de produtos. Saliento os equipamentos tecnológicos, que o mercado impõe. Devemos estar atentos às inovações e ao constante apelo ao consumo dessas inovações, representadas em grande parte pelos artefatos, digo, máquinas de alta tecnologia, que se atualizam em uma velocidade até então não presenciada pelo homem no sentido de inovações de produtos.

Para definir um entendimento de educação deve-se apoiar também na história, pois a cada momento há uma educação que regula o seu próprio funcionamento para determinadas funções específicas estabelecidas como princípios. A educação é o meio que a sociedade tem para se produzir e continuar a existir. Ela transmite valores.

Em Atenas procurava-se formar espíritos delicados, prudentes, sutis, embebidos da graça e da harmonia, capazes de gozar o belo e os prazeres da pura especulação; em Roma, desejava-se especialmente que as crianças tornassem homens de ação, apaixonados pela glória militar, indiferente no que tocasse às letras e às artes. Na Idade Média, a educação era cristã, antes de tudo; na renascença, toma caráter mais leigo, mais literário; nos dias de hoje, a ciência tende a ocupar o lugar que a arte outrora preenchia (DURKHEIM, 1967, p. 35).

O trecho corresponde à descrição das diferentes visões de educação no mundo ocidental e àqueles que tinham acesso ao que se pretende nomear de educação. Na Grécia antiga, por exemplo, o deleite e a reflexão como estilos de vida não eram para todos os membros da sociedade e sim para um pequeno grupo.

Ainda, a educação inculcava certo número de ideias, sentimentos e práticas nos educandos, independente da classe social a qual pertenciam. Por exemplo: na Idade Média, servos, vilões, burgueses e nobres, recebiam todos a mesma orientação cristã, sem que com isso os mudasse de classe. Havia conflitos e interesses distintos mas, de um modo geral, existia um ponto de convergência, sedimentado pela religião e propagado pela educação, no sentido de uma orientação.

Para Durkheim (1967), a educação ainda variava de acordo com as classes sociais e com as regiões. Salienta que a educação do homem da cidade não é a mesma da do homem do campo e a do burguês não é a mesma do operário e em nossa tentativa de atualização dos termos, diríamos, classe dirigente e classe trabalhadora.

Assim, uma educação que se queira chamar de ideal, abstrata do tempo e lugar, nada tem de real, pois é fechada em si mesma e não leva em consideração as instituições existentes e a própria vida. Cada sociedade em um determinado momento de seu desenvolvimento possui um sistema de educação que se impõe aos indivíduos. “Há costumes com relação aos quais somos obrigados a nos conformar [...]” (DURKHEIM, 1967, p. 37). Diríamos aqui, em substituição a conformação, que devemos confrontar, indagar e buscar o entendimento do que se faz, conforme Freire (2006).

Durkheim, classificado como positivista, cujo princípio propõe à existência do homem valores humanos e associados à ética, em muito nos ajuda a entender a relação entre a educação e a sociedade.

Devemos ainda nos indagar qual o fim da educação, o que ela tem sido e o que ela deve ser. Ainda em Durkheim (1967, p. 37), “Os ensinamentos da história podem servir, quando muito, para que pratiquemos os mesmos erros”. Este determinismo não possibilita compreender que a história permite o entender em levar a uma ação para mudar os fatos. Se os acontecimentos se repetem, é porque não prestamos atenção suficiente na história e em seus ensinamentos para a construção de uma sociedade mais fraterna, se assim quisermos.

A educação, então, separada das religiões, do desenvolvimento das ciências, das instituições políticas e de todos os fatos históricos que marcaram uma sociedade, deixando-a de lado de todos esses acontecimentos e estudada em si mesma, torna o entendimento do que vem a ser educação incompreensível.

Para definir a educação deverá considerar o seu desenvolvimento ao longo dos processos históricos. Analisá-los e compará-los. Não existe uma definição por si só, ela depende de vários condicionantes da sociedade a qual está inserida e a qual se queira analisar.

A educação, nos dizeres de Durkheim (1967, p. 89), “Quer se trate dos fins, a que vise, quer se trate dos meios que empregue, é sempre as necessidades sociais que ela atende; são ideias e sentimentos coletivos o que ela exprime”.

Em razão da educação fazer parte de um sistema social que a engloba, ela está sempre se atualizando de acordo com o momento histórico. Ao tentar traduzir esse momento que estamos vivendo, afirmamos que estamos atualmente inseridos em uma nova época histórica, a pós-modernidade, muito diferente da anterior, a modernidade, conforme nos assegura Silva (2013).

Ainda, segundo Silva (2013, p. 111), “O pós-modernismo não representa, entretanto, uma teoria coerente e unificada, mas um conjunto variado de perspectivas, abrangendo uma diversidade de campos intelectuais, políticos, estéticos, epistemológicos”.

As nossas noções de educação estão calcadas na modernidade, conforme, dispõe Silva (2013):

A educação tal como a conhecemos hoje é a instituição moderna por excelência. Seu objetivo consiste em transmitir o conhecimento científico, em formar um ser humano supostamente racional e autônomo e em moldar o cidadão e a cidadã da moderna democracia representativa [...] Nesse sentido, o questionamento pós-modernista constitui um ataque à própria ideia de educação [...] O pós-modernismo tem uma desconfiança profunda, antes de mais nada, relativamente às pretensões totalizantes de saber do pensamento moderno (SILVA, 2013, p. 112).

Complementando a ideia, agora mais voltada para uma perspectiva psicológica do indivíduo, diz-se que “[...] o sujeito não é o centro da ação social. Ele não pensa, fala, produz: ele é pensado, falado e produzido. Ele é dirigido a partir do exterior: pelas

estruturas, pelas instituições, pelo discurso. Enfim, para o pós-modernista, o sujeito moderno é uma ficção” (SILVA, 2013, p. 113).

Atualizando e relacionando com as questões culturais, pode-se dizer:

O pós-modernismo rejeita distinções categóricas e absolutas como a que o modernismo faz entre ‘alta’ e ‘baixa’ cultura. No pós-modernismo, dissolvem-se também as rígidas distinções entre diferentes gêneros: entre filosofia e literatura, entre ficção e documentário, entre textos literários e textos argumentativos (SILVA, 2013, p. 114).

Retomando ao entendimento do conceito de educação e reafirmando os escritos, dizemos que a educação é um processo de desenvolvimento humano, pois ela corresponde

[...] a toda modalidade de influências e inter-relações que convergem para a formação de traços de personalidade social e do caráter, implicando uma concepção de mundo, ideais, valores, modos de agir, que se traduzem em convicções ideológicas, morais, políticas, princípios de ação frente a situações reais e desafios da vida prática (LIBÂNEO, 2013, p. 21-2).

Podemos ainda, nos dizeres de Libâneo (2013), considerar a educação como instituição social, pois é ordenada em um sistema: o educacional.

E é justamente nesse sistema que entendemos que o Estado deve intervir e orientar, tanto no sentido da construção de um processo educativo abrangente e socialmente igualitário a todos os membros da sociedade, quanto na direção de uma compreensão e atuação mais consciente por parte dos grupos sociais no meio em que vivem e no qual o Estado é o seu interventor e parte integrante. Salientamos, ainda, que o papel do Estado também é fundamental para a disseminação da educação não formal, talvez mais importante, justamente pelos seus atos e pela repercussão social aderente à sua função.

Não pode ocorrer, por parte do aparato estatal, o pessoalismo, ou seja, o domínio privado de um determinado grupo de pessoas na esfera pública com o intuito de beneficiar-se do poder conferido ao Estado, utilizando-se das benesses que o poder confere ao ente público. Porém, observamos recorrentemente no nosso meio social o

uso indevido da função pública da parte daqueles que deveriam orientar e fortalecer o papel do Estado.

2.1 A dualidade da educação e o papel do Estado

Pensamos que a educação ao mesmo tempo em que orienta o homem para se adequar a uma situação histórica, treinando-o para as exigências sociais, deve possibilitar, também, o desenvolvimento desse próprio homem na ampliação dos seus conhecimentos, da capacidade de reflexão e análise de fatos, tornando-o mais liberto para decisões que aparentemente são indecifráveis quando não se domina o entendimento das circunstâncias. A educação neste sentido é dicotômica: exige um treinamento e adequação a uma situação pré-estabelecida e possibilita, ao menos no mundo de hoje, uma ampla reflexão para galgar passos além do determinado socialmente,

[...] para encontrar um tipo de educação absolutamente homogêneo e igualitário seria preciso remontar até á sociedades pré-históricas, no seio das quais não existisse nenhuma diferenciação. Devemos compreender, porém, que tal espécie de sociedade não representa senão um momento imaginário na história da humanidade (DURKHEIM, 1967, p. 39).

Cada sociedade tem um ideal de homem que ela quer construir. Este ideal é igualitário, até certo ponto, a todos da sociedade. É essa unidade e diversidade, ao mesmo tempo, que constitui uma dualidade básica da educação.

Assim, a educação tem por função suscitar no ser humano

[...] um certo número de estados físicos e mentais, que a sociedade, a que pertença, considere como indispensáveis a todos os seus membros... e que o grupo social particular (casta, classe, família, profissão) considere igualmente indispensáveis a todos quantos o formem (DURKHEIM, 1967, p. 40).

Conforme ainda Durkheim (1967), a sociedade necessita de certa homogeneidade e a educação perpetua e reforça certas similitudes essenciais. Porém, certa

diversificação deve existir para possibilitar a cooperação da vida coletiva “[...] a educação assegura a persistência desta diversidade necessária, diferenciando-se ela própria, e permitindo especializações” (p. 41).

O referido autor afirma que a entrada do educando no mundo do trabalho constitui a construção de aptidões específicas que cada profissão exige em virtude dos usos e de certas maneiras de enxergar as coisas. Assim, a educação não poderá ser a mesma para todos. Aqui o autor refere-se à educação como treinamento das aptidões individuais e não no sentido amplo que a educação significa, conforme definição de Libâneo (2013), com a qual concordamos, que diz:

Educação é um conceito amplo que se refere ao processo de desenvolvimento omnilateral da personalidade, envolvendo a formação de qualidades humanas – físicas, morais, intelectuais, estéticas – tendo em vista a orientação da atividade humana na sua relação com o meio social, em determinado contexto de relações sociais (LIBÂNEO, 2013, p. 21, grifo do autor).

As finalidades da educação para Libâneo, em uma perspectiva da Pedagogia Progressista, partem de uma análise crítica das realidades sociais e amparam os propósitos sociopolíticos da educação, diversamente do que propõe Durkheim (1967), que se pode situar na Pedagogia Liberal e cujos objetivos, conforme ainda Libâneo (1992), são sustentados a partir de ideias funcionais, ou seja, a educação tem por função preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais. Tal enfoque liberal se expressa, a nosso ver, nos dizeres de Durkheim (1967), quando cita, por exemplo, a tendência cada vez maior à diversificação, à especialização e a necessidade da divisão do trabalho para que a sociedade mantenha-se, ela própria, por meio da educação, preparando os trabalhadores de que a sociedade necessita. É “[...] por ela e para ela que a educação se diversifica” (DURKHEIM, 1967, p. 78).

Notamos que os próprios países, desde a era do capitalismo comercial, estão inseridos na divisão internacional do trabalho, a qual pressupunha desigualdades nas trocas realizadas e intensa exploração da força de trabalho. A educação se diferenciava conforme os limites geográficos e os interesses estratégicos de cada país na economia

global. Percebemos atualmente que pouco mudou. Há países que têm como base de exportação os produtos primários, de pouco valor agregado. Já outros poucos países são exportadores de tecnologia de ponta e de valores, no qual inserimos o modo de encarar a educação. Mais uma dualidade: o relacionamento entre o local versus o global, ou seja, uma representação da realidade em escalas geográficas diferentes e que procura apreender as questões de formação de valores e percepção de mundo, à qual um estudo da cultura procurará abordar.

Conforme Pérez Gómez (2001), a produtividade e a competitividade se baseiam cada vez menos em recursos primários e cada vez mais no conhecimento e na informação que se produz, assim, as matérias-primas e o trabalho não qualificado deixam de ser estratégicos na nova economia global.

Ressaltamos que o Brasil tem como principais produtos de exportação o minério de ferro, o petróleo bruto, grãos, açúcar e carne bovina e de frango (Fonte: Governo Federal do Brasil, 2010), de pouco valor, se comparado com a produção de conhecimentos, principalmente os tecnológicos.

Há uma submissão às condições da concorrência internacional supondo uma imposição do poder econômico e que sem a participação reflexiva e organizada dos cidadãos, conforme ainda Pérez Gómez (2001), faz com que esses efeitos da globalização, complexos e contraditórios, permitam que tanto a cultura como a educação sofram com os efeitos da sua atuação.

No Brasil atual, de forma generalista, percebe-se uma estratégia de desqualificação da educação, enquanto processo formativo, e a sua massificação em um direcionamento da não qualidade e da não formação reflexiva dos educandos, atendendo à lógica do poder estabelecido que só se assegura na liderança em virtude desta educação que ele mesmo patrocina aos membros da sociedade. Não é nem um pouco interessante a criação de uma sociedade que questione os desmandos e as aberrações desumanas dos que ocupam o poder estabelecido. Talvez para não fomentar a consciência questionadora do papel já determinado por alguns grupos sociais no cenário internacional. Esta reflexão, elucidativa, é mais precisamente sobre a educação escolarizada, na qual o Estado tem ação preponderante.

Pérez Gómez (2001), ao analisar a política educativa nas sociedades pós-modernas, nos remete à desigual distribuição dos recursos econômicos e culturais aos membros da sociedade que frequentam unidades escolares, que a nosso ver, são as instituições primordiais para o processo de educação.

Caso a sociedade brasileira queira ser mais justa e oferecer oportunidades de desenvolvimento mais igualitário aos seus membros, deverá constituir-se de valores e princípios éticos que passarão necessariamente por uma educação qualificada e responsável pelo amparo harmonioso das relações humanas e da produção de conhecimentos. Mas o que percebemos hoje, e conforme Aranha (1996), a sociedade é marcada pelo imperialismo do trabalho e pela instrumentalização da razão e que com frequência reproduz práticas de maneira automática, sem reflexão e por estar na moda, mutilando as possibilidades de uma vida melhor.

Uma sociedade mais igualitária proporcionará ideias e sentimentos comuns mais humanos e a educação tenderá a ser mais humanista, com as suas especificações que contemplem as diversas aptidões individuais. Já em uma sociedade em estado permanente de competição, e em guerra também, com sociedades vizinhas ou até internamente, e por meio da insegurança, não só física, mas de valores e princípios que variam a cada momento e ao humor dos seus dirigentes, fará com que a educação crie espíritos mais propensos à individualização.

“A educação não é, pois, para a sociedade, senão o meio pelo qual ela prepara no íntimo das crianças, as condições essenciais da própria existência” (DURKHEIM, 1967, p. 41).

Ainda, nos dizeres de Durkheim, o ser social não nasce com o homem e não é resultado do desenvolvimento espontâneo; é o trabalho educativo que desenvolve o primitivismo humano.

[...] as múltiplas aptidões que a vida social supõe [...] não podem organizar-se em nossos tecidos, aí se materializando sob a forma de predisposições orgânicas. Segue-se que elas não podem transmitir-se de uma geração a outra, por meio da hereditariedade. É pela educação que essa transmissão se dá.
[...] a educação satisfaz, antes de tudo, a necessidades sociais, é que existem sociedades em que esses predicados não são cultivados; e mais, que eles tem sido muito diversamente compreendidos, segundo cada grupo social considerado.

É preciso saber, por exemplo, que as vantagens duma sólida cultura intelectual nem sempre foram reconhecidas por todos os povos. A ciência, o espírito crítico, que hoje tão alto colocamos, durante muito tempo foram tidos como perigosos (DURKHEIM, 1967, p. 43).

Durkheim (1967), ao citar Rousseau, diz que a sensação, a experiência e o instinto podem bastar para satisfazer as necessidades da vida humana, assim como bastam aos outros animais. Mas em um momento quando a sociedade tornou-se complexa, despertou no homem a necessidade de entendê-la e somente pelo pensamento refletido e esclarecido pela ciência é que foi possível ao homem começar a ler e compreender a sua relação natural e social com o meio existente. Aqui percebemos mais uma vez o positivismo científico do autor.

Então a cultura científica tornou-se indispensável; e é essa razão por que a sociedade a reclama de seus membros e a impõe a todos como um dever. [...] Desse modo, mesmo quando as qualidades pareçam à primeira vista espontaneamente desejadas pelos indivíduos, refletem já as exigências do meio social que as prescreve como necessárias (DURKHEIM, 1967, p. 44).

Assim, a educação, refere-se à transmissão e à assimilação de saberes que se transformam em ação. A pedagogia, como uma ciência possuidora de métodos e objetivos específicos para o estudo da educação, não é a única ciência que objetiva abarcar a complexidade da educação. Outras ciências também estudam a educação, cada qual com o seu viés de fundamental importância para a leitura crítica do mundo atual, com o intuito de conhecer, compreender e relacionar o que existe, com base no passado e com projeções para o devir.

Salientamos também que a ciência é uma obra coletiva, não só do passado mas da época presente que sedimenta o conhecimento de outrora e permite a sua própria evolução. Embora essa seja uma reflexão mais precisamente sobre a educação, é válida para todas as ciências.

A educação está associada, também,

[...] a processos de comunicação e interação pelos quais os membros de uma sociedade assimilam saberes, habilidades,

técnicas, atitudes, valores existentes no meio culturalmente organizado e, com isso, ganham o patamar necessário para produzir outros saberes, técnicas, valores etc. É intrínseco ao ato educativo seu caráter de mediação que favorece o desenvolvimento dos indivíduos na dinâmica sociocultural de seu grupo, sendo que o conteúdo dessa mediação são os saberes e modos de ação (LIBÂNEO, 2005, p. 32).

A educação, conforme ainda Libâneo (2005), pode se manifestar de maneira informal, não-formal e formal:

A educação informal corresponderia a ações e influências exercidas pelo meio, pelo ambiente sociocultural, e que se desenvolve por meio das relações dos indivíduos e grupos com seu ambiente humano, social, ecológico, físico e cultural, das quais resultam conhecimentos, experiências, práticas, mas que não estão ligadas especificamente a uma instituição, nem são intencionais e organizadas. *A educação não-formal* seria a realizada em instituições educativas fora dos marcos institucionais, mas com certo grau de sistematização e estruturação. *A educação formal* compreenderia instâncias de formação, escolares ou não, onde há objetivos educativos explícitos e uma ação intencional institucionalizada, estruturada, sistemática. Há uma interpenetração constante entre essas três modalidades que, embora distintas, não podem ser consideradas isoladamente (LIBÂNEO, 2005, p. 31, grifos do autor).

A nosso ver, poderíamos dizer que a educação é uma constante e se fossemos compartimentá-la, a dividiríamos em formal, com instituições especializadas para tal fim, e informal, que englobaria todos os aspectos da vida e, talvez seja esta, a mais eficaz no sentido amplo do que venha a ser a educação. É a sociedade que permite olhar para fora de nós mesmos, de nos formatar a partir do olhar do outro e do grupo que convivemos.

Retornando aos escritos de Durkheim (1967), é citado o aprendizado da língua como um sistema de ideias do qual nos tornamos herdeiros e que foi trabalho de muito tempo, sem o qual não teríamos como fixar com consistência os conceitos e é a linguagem, ainda conforme ele, um dos aspectos mais proeminentes da vida social.

Assim, se retirasse do homem tudo o que a sociedade lhe confere, retornaria à simples condição instintiva de animal. Se o homem conseguiu se diferenciar dos outros

animais é porque, dentre outros fatores, cooperou com os seus semelhantes e o esforço individual agregou-se a outros e que transpostos pelas gerações por meio da linguagem, quer seja, a tradição oral, a escrita, os diversos instrumentos e os símbolos, possibilitaram a sua humanização.

“[...] sociedade e indivíduo são ideias dependentes uma da outra” (DURKHEIM, 1967, p. 46). O homem ao se aprimorar, aprimora com ele a sociedade da qual faz parte e a educação tem por função permitir este engrandecimento, tornando o homem verdadeiramente humano, mas o indivíduo não pode engrandecer-se senão pelo próprio esforço que o caracteriza e diferencia de outros animais, como dito anteriormente e corroborado com Freire (2006) “Nenhuma escola poderá fazer mais por um aluno que a sua decisão pessoal de se desenvolver, de crescer, de aprender, de adquirir conhecimentos”. Aqui a educação é exemplificada em seu teor formalista.

A educação, então, deve assegurar aos indivíduos a comunicação das ideias e dos sentimentos sem os quais nenhuma sociedade subsiste, e conforme Durkheim, a educação não pode ficar inteiramente ao arbítrio dos particulares, em função dela ser essencialmente social. O Estado não pode ficar alheio dos fatos educacionais e deve até certo ponto submetê-los a sua influência, afinal o Estado é a personificação da sociedade e tem o dever do interesse público, mas não deve monopolizar, por exemplo, o ensino, pois “O indivíduo é sempre mais renovador que o Estado” (DURKHEIM, 1967, p. 48) e nem deixar de fiscalizar a iniciativa privada. O Estado, ainda conforme Durkheim (1967), é quem regula e legitima a educação no seio da sociedade.

Há um grande perigo nisso, pois se o Estado não for democrático de direito e principalmente de fato, ele virá a se utilizar da educação, por meio das escolas, para propagar as suas ideologias partidárias e a empregar a sua autoridade para atrair os educandos a uma rotina personificada de um grupo que se apodera do aparato estatal, podendo criar preconceitos e massa de manobra para os mais diversos intentos. Isso também não deve se aplicar ao professor, que pode se utilizar de suas prerrogativas para converter os alunos a enxergar os fatos sobre a sua óptica. Além disso, o educador deve ter a autoridade moral manifestada em sua própria pessoa. Autoridade essa representada pela firmeza de decisões e na crença da importância de seu trabalho, com base no respeito pelas suas funções, exteriorizadas pela linguagem, pelo gesto e pela conduta.

Aprende-se muito pelo tácito, ou seja, por tudo aquilo que não está explicitado de modo formal.

E, ainda, “[...] com o objetivo de dotar a criança desse domínio de si mesma que a autoridade do mestre deve ser empregada [...] não é mais do que um aspecto da autoridade do dever e da razão” (DURKHEIM, 1967, p. 56).

Adorno (1995, p. 167) nos diz que determinadas manifestações de autoridade, quando estas assumem uma orientação clara, do princípio da não violência e a partir de um ato consciente, trata-se de um momento de autoridade que contribui para a “desbarbarização” da sociedade.

O Estado tem essa função primordial de não permitir a brutalização social, além de garantir e proteger os princípios do convívio harmonioso, com a liberdade de ideias e no sentido de proporcionar a ampliação da consciência dos que vivem no seio social. Ao menos quando se fala de Estado democrático.

A educação deve estar atenta a tudo isso e promover debates com total liberdade a fim de propiciar a expansão dos próprios pensamentos e criar uma sociedade sólida em princípios que não são abalados pela divulgação de ideias corriqueiras, ditadas por modismos momentâneos com intuito de fazer do processo educativo, o qual inclui-se a educação formal, um aparato de difusão de ideias e princípios norteadores de grupos que pretendem legitimar comportamentos que não promovem a emancipação do sujeito, ao contrário, fazem com que prevaleçam ações não refletidas.

É a educação, mais uma vez, que tem a função de constituir as variáveis determinantes que se queiram para a sociedade desejável, a qual entendemos como aquela que confere oportunidades semelhantes para que todos tenham a possibilidade de deixar aflorar seus talentos e competências, conferindo a sua marca no tempo e no meio em que vivem. E o mais importante, emancipar o indivíduo por meio de reflexões que levam a ações dotadas de propósitos e direcionadas para a criação de um mundo mais justo e menos opressivo tanto em ações quanto em ideias. Vale salientar que a educação não se dá apenas na escola. É um processo e não uma determinação local aonde ocorre.

O papel do Estado, por tudo que foi exposto, é fundamental. É ele quem direciona e legitima o poder que a sociedade lhe confere para administrar seus

interesses. Mas deve-se estar atento, pois ao mesmo tempo em que o Estado pode possibilitar a construção de uma sociedade mais justa ele próprio poderá criar um espaço de desigualdade social, já que o Estado é uma instituição criada, composta e dirigida por pessoas que, embora, foram aceitas, supostamente, pela maioria dos membros da sociedade para representá-los, às vezes isto não acontece e para que tal fato passe despercebido, o próprio Estado fomenta uma educação que não seja eficaz, no sentido da formação de um sujeito crítico e atuante no meio em que vive.

Durkheim (1967) salienta que o Estado deveria intervir o mínimo possível na educação das crianças e atuar apenas quando a família não se fizer presente. Falamos aqui na educação formal. Porém, se a educação, em seu sentido amplo, incluindo também as escolas, desempenha uma função coletiva e norteia a sociedade na qual estamos destinados a viver, então o Estado, conforme Durkheim (1967), não poderá estar ausente, ele deve fazer com que a educação estabeleça uma comunhão de ideias e sentimentos entre os cidadãos, necessária para possibilitar a vida em sociedade.

“Uma vez que a educação é uma função essencialmente social, o Estado não pode desinteressar dela. Pelo contrário, tudo o que é educação deve ser, em certa medida, submetido à sua ação” (DURKHEIM, 1967, p. 63).

Em cada sociedade e em cada momento histórico, no qual o Estado esteja presente, há um objetivo intencional por parte desse Estado para o desenvolvimento do processo educativo, inclusive para a educação formal, e para que estejamos conscientes dos propósitos estatais frente à educação, em seu sentido amplo, como já mencionado, devemos nos atentar às suas manobras políticas, ainda mais no mundo capitalista que propaga o consumo exacerbado e a disseminação da comunicação de massa, que tende a direcionar até os nossos pensamentos no intuito de executar os propósitos do sistema opressor vigente, que assim o é para a grande maioria das pessoas.

2.2 A educação como processo histórico-social

O homem é um ser histórico e social. As suas ações e pensamentos mudam no tempo e no espaço geográfico, na medida em que a vida transcorre e problemas a resolver vão se apresentando no convívio coletivo e de ordem pessoal, como a

compreensão do seu eu. O homem é o resultado de um devir, ou seja, de um processo no qual ele constrói a sua cultura e a si mesmo. A educação, neste sentido, está inserida dentro da cultura.

Assim, a história é o desenvolvimento no tempo das sociedades humanas. Mas esse tempo ultrapassa as durações que o indivíduo humano tem na experiência direta e na memória individual à qual conhece. A história só terá sentido para o indivíduo se ele tiver uma representação dessa duração histórica. Deve-se ajudar o indivíduo a construir tal representação. É uma função da história, da sociedade e da educação fornecer elementos para a construção desse processo.

Por tudo isso, não se pode pensar em um homem com características universais e eternas que sirva de um modelo.

Melhor seria referir-nos a uma *condição humana*, resultante do conjunto das relações sociais, mutáveis no tempo. Ou seja, não compreendemos o homem fora de sua prática social, porque esta, por sua vez, se encontra mergulhada em um contexto histórico-social concreto (ARANHA, 1996, p.15, grifos da autora).

Os conhecimentos são necessários ao indivíduo para a sua própria formação. A maneira de utilização desses conhecimentos, transmitidos pelo meio social, e que tem na educação papel fundamental, é outra questão.

A educação é uma ação exercida constantemente. É permanente e contínua em todos os momentos da vida social e esta influência educativa dá-se de uma geração a outra, prevalecendo a ação dos mais velhos, como a dos pais e professores, sobre os mais jovens, nos dizeres de Durkheim (1967), que ressalta, ainda, que a influência educativa é comunicada à geração mais jovem não só de forma consciente, pelo ensino propriamente dito, mas também por meio de uma educação não intencional e que jamais cessa, que é pelas palavras que proferimos e pelo atos que praticamos, estas também são influências substanciais na formação dos indivíduos. É a transmissão de conceitos e valores pelo tácito, ao qual nos referimos anteriormente.

Assim, a educação realizada em uma determinada sociedade e em um determinado período histórico, segundo Durkheim (1967), é um conjunto de costumes,

de práticas e de modos de fazer e resultam da ação exercida, consciente ou não, de uma geração mais velha sobre a mais jovem, com o fim de adaptá-la ao meio social na qual está inserida. Mais uma vez constatamos o caráter determinista de adequação ao meio por parte daqueles que recém ingressam à vida, nas palavras desse autor.

Durkheim (1967, p. 61) exemplifica a difusão da educação por meio da transmissão e cita o caso de um regime tribal, sem especificar ou localizar a tribo a qual se refere, apenas relata que a educação neste meio ocorre a todos pelos membros do clã sem mestres encarregados especificamente para esse fim. São os mais velhos, ou seja, toda a geração anterior que desempenha esse papel educativo, com raras exceções de alguns ensinamentos específicos, na qual certos anciãos são encarregados.

Em outras sociedades mais desenvolvidas, qualificação esta conforme os dizeres de Durkheim (1967), a educação concentrava-se nas mãos de funcionários específicos, como os sacerdotes na Índia e no Egito antigos. Para que entendamos o sistema de nosso tempo devemos, então, recorrer à história, porque todo sistema educativo é um produto histórico inserido em um meio social permitindo esclarecer os fins da educação em cada época e para tanto se deve utilizar os instrumentos adequados de observação, que, conforme Durkheim (1967), desempenham papel de grande importância na constituição dos meios, ou seja, do método de estudo. Neste sentido também se deve atentar ao estudo da psicologia voltada à educação.

Se determinados fatos existiram é porque tiveram as suas razões de ser e atenderam a necessidades legítimas de uma época, segundo Durkheim (1967). No entanto, devemos questionar a quem essa legitimidade atende. Segundo Freire (2006) sempre há uma ideologia na prática do fazer educacional, à qual devemos estar atentos para não reproduzirmos situações que muitas vezes combatemos.

Conforme Pérez Gómez (2001) a educação tende à universalidade e não pode ser inimiga das diferenças, ao contrário, é uma de suas exigências construtivas. Assim, deve ser para todos, abarcar todos no processo construtivo, legitimando a pluralidade.

Concordamos com Durkheim quando nos diz que a educação é um produto da sociedade na qual o homem está inserido. Porém, quando o determinismo social converge a uma rigidez na concepção educativa, ressalvamos e corroboramos que a

sociedade é composta pela pluralidade de ideias, conforme Pérez Gómez (2001), e que um equilíbrio social também é possível nessas condições de diversidades de pensamentos e posturas.

“O homem que a educação deve realizar, em cada um de nós, não é o homem que a natureza fez, mas o homem que a sociedade quer que ele seja; e ela o quer conforme o reclame a sua economia interna, o seu equilíbrio” (DURKHEIM, 1967, p. 81). Nota-se, neste trecho, uma imposição determinista na qual o homem indivíduo está submetido a uma atuação coadjuvante no processo de construção social e não o reconhece enquanto sujeito da construção da sua própria condição. Condição, essa, de reconhecimento, que conforme Freire (2006) é fundamental para que o homem, como ser social e histórico, seja também um transformador da sociedade em que vive. Para tanto se deve respeitar a autonomia e a identidade do sujeito.

A educação, voltando a Durkheim (1967), é o meio pelo qual a sociedade se renova constantemente. Ela perpetua e reforça a homogeneidade fixando as similitudes essenciais que a vida coletiva supõe, porém a educação assegura também a persistência de uma diversidade necessária, apresentando ela própria diversa e especialista.

Existe em nós, ainda conforme Durkheim (1967), dois seres coabitantes, distintos e inseparáveis: um é o ser individual, constituído dos estados mentais que se relacionam conosco mesmo e com os fatos de nossa vida pessoal. O outro é o ser social, constituído por um sistema de ideias, sentimentos e hábitos que exprimem em nós o grupo, ou os grupos diferentes, do qual fazemos parte, “[...] tais são as crenças religiosas, as crenças e as práticas morais, as tradições nacionais ou profissionais, as opiniões coletivas de toda a espécie” (DURKHEIM, 1967, p. 83). O objetivo da educação é constituir ou organizar este ser social que está em cada um de nós.

O homem se faz humano pelas tradições sociais, pela cooperação, pelos sistemas de moral, línguas, religiões, ciências, que são obras coletivas, produto social que se constitui gradativamente ao longo das gerações e pela autonomia individual do homem, eis a obra da educação: contraditória e somatória na relação estabelecida entre sociedade e indivíduo.

A justificativa para o fim e para a importância da educação é constituir o ser social que convive em nós e que não resulta do desenvolvimento espontâneo, pois nascemos sociais e nada há em nossa natureza congênita que nos predisponha a nos submeter a uma autoridade política, à disciplina moral ou a outros emblemas simbólicos da sociedade que se consolidou, nos dizeres de Durkheim (1967).

Há em algumas sociedades o processo chamado de iniciação, no qual o indivíduo após ter completado determinada idade e passado por processos educativos será iniciado em uma outra vida, ou seja, essa iniciação consiste em um segundo nascimento em virtude das novas atitudes que o indivíduo deverá assumir de agora em diante perante toda a sociedade da qual faz parte, com a mudança inclusive do nome de nascimento “[...] é bem sabido que o nome não era então considerado como simples signo verbal, mas como um elemento essencial da pessoa” (DURKHEIM, 1967, P. 84).

Este é um relato do simbolismo que nos diz Durkheim (1967), da representação de um homem social criado pela educação em que pesa a tradição e que tende a excluir o pensamento e a reflexão. Ainda, “Só pelo fato de fazermos parte integrante do universo, pertencemos a alguma coisa que já não somos nós mesmos [...]” e “[...] pelo simples fato de pensarmos, temos certa inclinação para conhecer” (DURKHEIM, 1967, p. 86) é que, paradoxalmente, faz a educação, em seu sentido amplo, o processo que permite o desenvolver do conhecimento.

A compreensão da sociedade faz com que melhor consigamos entender a educação que é parte de um macrocosmo no qual o homem está inserido, além de entender e fomentar a concepção de homem que se quer para a sociedade à qual se pertence.

3. CULTURA

Tentar definir cultura não é uma tarefa simples. Mas é fundamental para o entendimento amplo e contextualizado da nossa própria existência como ser pensante e atuante no mundo em que estamos inseridos.

A visão mais tradicional que aborda a cultura referenciada a um método de estudo e a sua significação como processo e produto consistem nos trabalhos antropológicos, que devem ser expressos em palavras, para resultar, desta maneira, em conceitos.

Para Malinowski (1975) cada conceito é o resultado de uma teoria que declara que alguns fatos são relevantes e outros simplesmente acidentais. São estas questões consideradas importantes que procuramos entender neste trabalho.

O panorama da cultura é “[...] o todo integral constituído por implementos e bens de consumo, por cartas constitucionais para os vários agrupamentos sociais, por ideias e ofícios humanos, por crenças e costumes” (MALINOWSKI, 1975, p. 42).

Na relação entre cultura e sociedade, esta que tem em Durkheim um de seus grandes pensadores, fez com que Malinowski (1975) classificasse Durkheim como um grande antropólogo, além de grande sociólogo, que tendia à plena compreensão científica da cultura como um fenômeno específico. Porém, Malinowski (1975) critica Durkheim, quando nos diz que:

[...] estava desfigurado por certos preconceitos metafísicos e, acima de tudo, pela completa rejeição não apenas de especulações introspectivas psicológicas, mas também de qualquer referência à base biológica do comportamento humano (MALINOWSKI, 1975, p. 28).

Acreditamos que Durkheim não tenha desprezado totalmente a condição biológica do homem. É que a visão e o enfoque social de Durkheim prevalecem.

Malinowski (1975) em seu trabalho procura traçar um entendimento de cultura como sendo, se é que podemos assim escrever, uma espécie de adaptação do homem ao meio, ou seja, o homem é um ser biológico, que igualmente a todos os outros animais,

tem suas necessidades fisiológicas, como comer, respirar, dormir, reproduzir, dentre outras, que devem ser satisfeitas. É por meio da cultura que o homem cria materiais ou símbolos que permitirão uma melhor adaptação às necessidades inerentes à manutenção da vida.

Conforme Cascudo (2004), foi Malinowski o primeiro a incluir o sono, o ato de dormir, como um determinante para a obtenção de abrigo pelo homem e todas as consequências etnográficas advindas desse fato. Ademais,

[...] a teoria da cultura deve tomar sua posição baseada no fato biológico. Os seres humanos são uma espécie animal. Estão sujeitos a condições elementares que têm de ser atendidas de modo que os indivíduos possam sobreviver, a raça continuar e os organismos em conjunto serem mantidos em condições de funcionamento. Ademais, com sua bagagem de artefatos e sua capacidade para produzi-los e apreciá-los, o homem cria um ambiente secundário (MALINOWSKI, 1975, p. 42).

E é este “ambiente secundário”, transcrito acima, que também entendemos como cultura.

Conforme o próprio autor esta é uma definição de cultura recorrente à época. E esse “ambiente secundário ou artificial” (p. 43) criado pelo homem, a cultura, é que deve ser permanentemente reproduzido e administrado.

Pelo exposto até o momento e dentro da perspectiva antropológica, que tem em seu cerne o estudo das questões culturais, percebe-se que toda criação humana é cultura em seu sentido amplo.

Como existem vários grupos sociais que se adaptam de maneiras distintas ao meio para a manutenção da sua existência, individual ou de grupo, podemos falar de cultura no plural, em razão da diversidade dos grupos humanos e de suas interações com o meio físico e simbólico.

Transpondo para a atualidade, diríamos que se trata do multiculturalismo, amplamente abordado por diversos autores, como Candau (2002), que corrobora com a diversidade e dinamismo das culturas.

Voltando às definições mais tradicionais, de enfoque antropológico, cairemos na questão abordada por Malinowski (1975, p. 43), do padrão de vida cultural, o qual significa “[...] que novas necessidades se impõem e novos imperativos ou determinantes são inculcados ao comportamento humano.” A transmissão da tradição cultural deve ser passada de uma geração para a seguinte, e:

Os métodos e mecanismos de caráter educacional devem existir em toda cultura. A ordem e a lei têm de ser mantidas, uma vez que a cooperação é a essência de toda realização cultural [...] O substrato material da cultura tem de ser renovado e mantido em condições de funcionamento. Por isso, algumas formas de organização econômica são indispensáveis, mesmo nas culturas mais primitivas (MALINOWSKI, 1975, p. 43).

A relação entre cultura e educação aparece em Malinowski (1975) como inseparáveis e ao mesmo tempo complementares, como sugerido na transcrição anterior.

Nota-se que o autor afirma, também, que há uma escala de valores da variedade cultural. Tal argumentação, pelo visto, era tradicionalmente aceita nos estudos antropológicos sobre cultura nas décadas iniciais de 1900.

A cultura, então, é adquirida pelas tradições e ou imposições do grupo no qual estamos ou naquele grupo que pretendemos nos inserir ou, às vezes, em outro que instituímos. Os ensinamentos dar-se-ão por sistemas criados pelo próprio homem, como por exemplo, a educação.

Atualizando a leitura, podemos citar Libâneo (2005, p. 31), “[...] o campo do educativo é bastante vasto, porque a educação ocorre na família, no trabalho, na rua, na fábrica, nos meios de comunicação, na política”, de modo intencional ou não.

Malinowski (1975), como já dissemos, faz uma escala de valores ao mencionar culturas, ou seja, as classifica em muito simples ou primitiva e complexa e desenvolvida, mas todas, conforme ele, possuem uma vasta aparelhagem material, humana e espiritual que possibilita ao homem lidar com os seus problemas concretos. Ainda, e conforme Bosi (1987, p. 14), o que singulariza a chamada cultura superior “[...] é a possibilidade que ela tem de avaliar a si mesma; em última instância, é a sua autoconsciência.”

Esses problemas surgem do fato de que o homem tem um corpo sujeito a várias necessidades orgânicas, e que ele vive num ambiente que é o seu melhor amigo; visto que ele fornece as matérias-primas para o seu trabalho manual, e é também um seu perigoso inimigo, por que abriga muitas forças hostis (MALINOWSKI, 1975, p. 42).

Quando nos reportamos à hostilidade e iniquidade é difícil não salientar o momento histórico no qual vivemos. Acreditamos que estamos classificados como grupo cultural extremamente desenvolvido se atentar aos avanços tecnológicos nas mais diversas áreas do conhecimento e nas definições antropológicas clássicas, mas se analisarmos as relações humanas competitivas, consumistas e alienadas com o sofrimento alheio, além da nossa atuação omissiva com os detentores malignos do poder, talvez a classificação seria outra. Esta também é uma questão de cultura, em seu sentido amplo. Pensamos que vale salientar:

À medida que a ciência se mostra capaz de pensar a si própria; à medida que a filosofia se autocrítica; à medida que o estilo de hoje resgata, refaz ou parodia a linguagem de outros tempos – o espírito humano se move e não se enreda nos fios da pura tautologia. O ritmo da cultura [...] supõe o movimento da consciência histórica (BOSI, 1987, p. 14).

A interação com o outro, com os materiais ou símbolos desenvolvidos para uma melhor atuação no meio também é cultura. Como isso se dará é uma questão da educação.

Ainda, para Malinowski (1975), a cultura se constitui em um conjunto de instituições em parte autônomas e em parte coordenadas que se integra a uma base de princípios como a comunidade, a contiguidade espacial, a especialização e o uso do poder na organização política. Para o autor, é a instituição a legítima unidade da análise cultural.

Assim, cada cultura tem a sua integridade satisfeita ao atender as necessidades básicas, instrumentais e integrativas e não é correto sugerir, que cada cultura, abrange apenas um segmento da sua área potencial. Vale ressaltar, conforme ainda o autor, que os elementos de uma cultura são definidos, dentre outros, pelos princípios da relevância

de consideradas significações e que o elemento tempo ou de mudança promove evoluções primeiramente na forma institucional por meio da invenção ou difusão, quando “[...] um novo artifício técnico se incorpora a um sistema já estabelecido de comportamento organizado e gera gradualmente uma completa reforma dessa instituição.” (MALINOWSKI, 1975, p. 47). Fato que só ocorre a partir da criação de novas necessidades “[...] e em consequência novos artifícios de técnicas, de conhecimento ou de crença são adaptados ao processo ou a uma instituição cultural” (Ibidem, p. 47).

Para Malinowski (1975), a sociedade ou grupo social está organizado e se relaciona por meio de algum acordo, lei ou costume que faz com que haja uma cooperação entre as pessoas ao obedecerem às regras sociais, como os costumes legais, religiosos e morais que moldam o comportamento humano. Esses são fatos essenciais da cultura e que podem ser observados cientificamente.

Outra análise do autor é que “Nenhuma instituição está suspensa no ar ou flutuando de maneira vaga e indefinida, através do espaço.” ou seja, “[...] toda organização é invariavelmente baseada e intimamente associada com o meio ambiente material” (MALINOWSKI, 1975, p. 56).

Malinowski (1975) faz uma relação de tipos institucionais e os atrela a princípios de integração. Por exemplo: há o princípio territorial e o tipo de instituição ligado a este princípio é o grupo de vizinhança em aldeia, pequenas povoações, cidade, metrópole, província, dentre outros, com a possibilidade de interesses e cooperação. Para o autor a essência da vida social é a cooperação e a concordância entre as pessoas sobre os mais diversos assuntos é fundamental para a vida em grupo.

Há, ainda, para efeito de ilustração e aproximação ao nosso objeto de estudo, o princípio ocupacional (organização de pessoas por suas atividades especializadas para fim de interesse comum) associada, dentre outras, a tipos de instituição também específicos para o exercício organizado do ensino, para a pesquisa, para a religião. Assim, o autor tece um quadro sinóptico com princípios de integração associados a tipos de instituição.

Citamos dois exemplos de tipos de instituição (grupo de vizinhança e ensino formal) ligados respectivamente a princípios de integração (territorial e ocupacional). Tal citação referencia e ilustra as possíveis coincidências com a formação de um grupo cultural.

Algumas condições mínimas são impostas a todos os grupos culturais definindo assim a natureza humana, já que todos os homens têm de comer, respirar, dormir, excretar, procriar, como já falamos anteriormente e corroborando com certo determinismo no trabalho de Malinowski (1975).

Recorreremos ao ato de comer, da necessidade de nos alimentar para que possamos sobreviver. Tal atitude, primordial a nossa existência, pode-se dar de maneiras diferentes, ou seja, o que comemos, como preparamos o alimento, como o ingerimos, como o conservamos e o adquirimos, a quantidade que consumimos, o que é admissível e onde fazemos as refeições, tudo isso é fruto do aparato cultural no qual estamos inseridos. É a cultura quem vai determinar as diferenciações no ato de comer de um grupo para o outro. Leva-se em conta as tradições, os costumes, os hábitos, os tabus, o tipo de trabalho exercido, a oferta e os materiais que dispomos para a obtenção dos alimentos. Alguns grupos constroem locais específicos para este fim e reservam alguns alimentos para determinadas épocas comemorativas. Ou ainda, a alimentação de determinado horário do dia se difere de um outro horário. Este parágrafo, acreditamos, resume muito sucintamente a ideia de cultura de Malinowski (1975), que ainda nos lembra de que a morte de um grupo leva à morte da sua cultura. Parece-nos óbvio, mas devemos recorrer a estas afirmações e lembrar-se das nossas próprias vidas. Quantos costumes e atividades deixaram de existir com a morte de nossos antepassados? Talvez a própria coesão de grupo ficou mais fragilizada.

Malinowski (1975, p. 109) nos atenta que para a reprodução cultural “[...] inclui o adestramento dos jovens, [...]” e a nosso ver a relação com a educação deve-se ser inserida aqui. Não no sentido de adestramento, mas para a informação e reflexão sobre a cultura, parafraseando Malinowski (1975), em termos de acréscimo ao padrão de vida individual e coletivo.

Numa cultura altamente desenvolvida temos todo um conjunto de instrumentos específicos para assegurar este apego a nossa tradição científica, a nossa organização econômica, e à exatidão

de nossa transmissão simbólica de ideias e princípios (MALINOWSKI, 1975, p. 117).

O autor cita como um dos imperativos instrumentais de cultura o material humano com o qual cada instituição é mantida e deve ser renovado além de associar a educação como resposta cultural a este imperativo, como nos diz: “[...] é necessário estudar a maneira pela qual as várias regras são inculcadas no indivíduo durante a duração de sua vida. Isso obviamente faz parte do problema educacional” (MALINOWSKI, 1975, p. 122).

Para HELL (1989), é subjetivo o entendimento entre cultura e educação, quando se procura entender em seu sentido mais amplo como a formação intelectual, estética e moral do homem. Porém, “o homem torna-se plenamente homem pela educação e cultura” (HELL, 1989, p. 127).

No entanto, nos dizeres de Cascudo (2004, p. 41), “Malinowski interpretava uma cultura como de ação funcional exclusiva; conjunto material de equipamentos destinados a satisfazer a necessidade humana. Era uma soma de realidades instrumentais.”

Para se ter uma ideia das diferentes possibilidades de definição de cultura e de sua abrangência, exemplificaremos de um modo mais próximo a nossa época:

No imaginário social o termo cultura costuma estar vinculado à cultura culta, notadamente aos valores da cultura intelectual e artística, assim como o processo de escolarização. Elementos como instrução formal, conhecimentos gerais, as grandes obras artísticas da humanidade, a cultura literária, as normas de relacionamento social, atos que supostamente denotem civilidade, são considerados essenciais para um indivíduo ser considerado ‘culto’. Em geral, os que se encaixam em tal definição são aqueles oriundos de classes sociais médias e altas, restando às demais camadas da população, consideradas sem cultura, unicamente assimilar tais valores e conhecimentos (CANDAUI, 2002, p. 72).

Ainda: “Quanto ao vasto mundo da pesquisa e da erudição (as ciências, as letras, a filosofia), foi sempre considerado *a cultura* por excelência.” (BOSI, 1987, p. 12, grifo

do autor). Nota-se a existência de muitos conceitos que se complementam para formar a ideia de cultura.

Para finalizar e na tentativa de uma definição, podemos conceituar a cultura como os valores expressos por atos e pensamentos que nos adéquam e alinham no meio ao qual estamos inseridos e que de certa maneira nos dão uma identidade perante os grupos sociais existentes.

3.1 A cultura como identidade humana

A ideia de cultura não pode ser concebida fora do contexto europeu que determinou sua gênese, seus princípios fundamentais assim como suas implicações práticas. “No fim do século XVIII, o interesse primordial do pensamento europeu volta-se, não tanto para as formas de cultura enquanto obras coletivas, mas para a ideia de homem, que determina o devir da cultura e constitui sua finalidade” (HELL, 1989, p. 56).

Hell (1989) procura a significação de cultura no dicionário, no qual, em 1690, no *dictionnaire universel* de Antoine Furetière era designada como “[...] trabalho empenhado em tornar uma terra fértil através da lavragem, da adubagem, em cultivar uma árvore, uma planta” (HELL, 1989, p. 3).

Cascudo (2004) também inicia o seu trabalho sobre cultura a partir da definição etimológica e como consta, o vocábulo cultura, está relacionado ao trabalho na terra tendo como sinônimo a agricultura. “Figuradamente, analogicamente, cultura das letras, das ciências, das belas-artes” (CASCUDO, 2004, p. 39).

Conforme ainda Cascudo (2004, p. 39), o termo cultura chegou ao Brasil via EUA, por meio de “[...] etnólogos, antropologistas e especialmente pedagogistas [...]” e “Para fins primários de impressão poder-se-ia dizer que a cultura é o conjunto de técnicas de produção, doutrinas e atos, transmissível pela convivência e ensino, de geração em geração.”

Adiantando-se na leitura sobre a cultura em Cascudo (2004), notamos a empreitada de mais uma definição:

A cultura compreende o patrimônio tradicional de normas, doutrinas, hábitos, acúmulo do material herdado e acrescido pelas aportações inventivas de cada geração. Mas esse patrimônio não abrange a totalidade das outras culturas possuidoras dos mesmos elementos constitutivos (CASCUDO, 2004, p. 41).

Retornando a Hell (1989), sobre a sua ideia de cultura exposta no final do século XX, o autor abrangeu e relacionou a cultura em três aspectos: com a vida, com a política e com a educação. Damos ênfase na relação com educação, que a nosso ver compreende tanto a política como a própria vida, além de a gênese e o devir da ideia de cultura se complementar com a da educação.

Segundo Hell (1989), ao citar Freud³, cultura não era passível de ser dissociada ao termo civilização, que só vem a constar no *dictionnaire de l'Académie* a partir da edição de 1835, sendo empregado apenas por escritores modernos, à época, quando o pensamento público fixou-se no desenvolvimento da história.

Freud, nos dizeres de Hell (1989, p. 125), considerava a cultura como a “totalidade das obras e organizações, cuja instituição nos afasta do estado animal de nossos ancestrais [...]”

Cultura, enquanto termo técnico, aparece nos escritos antropológicos na metade do século XIX. Hell (1989) ao referir-se a enciclopédia americana, nesse mesmo período assinalado, nos informa:

[...] os significados não técnicos do termo concentram-se em torno do conceito de uma pessoa educada como indivíduo ‘culto’; isto é, de um ser humano que tem cultura e maneiras policiadas e que está familiarizado com as coisas requintadas, produzidas na vida civilizada (HELL, 1989, p. 5).

³ Sigmund Freud (Áustria, 1856 – Reino Unido, 1939), médico que desenvolveu teorias sobre a psicanálise, que muito influenciaram o entendimento da cultura.

E como emprego técnico da ideia de cultura, a define como “A *totalidade complexa* produzida pelos homens em sua experiência história.” Complementando: “Um modelo de pensar e de agir que perpassa as atividades de um povo e o distingue de todos os outros” Hell (1989, p. 6, grifo do autor).

Para os etnólogos de então, os povos têm uma cultura, mesmo não sendo considerados cultos, no sentido de um refinamento social.

O homem culto, há pouco tempo um letrado ou um ‘espírito ilustrado’, sempre é um ser iniciado em formas consideradas superiores de conhecimentos, que se distingue da massa de seus concidadãos pelas qualidades intelectuais. Uma espécie de dicotomia tornou-se habitual: de um lado as atividades denominadas nobres ou superiores e consideradas, dessa forma, como culturais e, do outro, as coisas cotidianas e práticas, desprovidas de qualquer aura intelectual. Aí estão dois exemplos bem recentes que testemunham a prioridade do intelecto, que se fundamenta numa hierarquia de valores (HELL, 1989, p. 6-7).

A escala de valores mais uma vez está presente e sempre são valorizados aqueles que ditam os conceitos. Abordamos anteriormente tais semelhanças com o período escravocrata brasileiro e, até hoje, quem limpa o escritório tem menos valor social se comparado com o escriturário em si.

Um fato que consideramos interessante para o registro e o qual Hell (1989) nos chama à atenção é a lei 68-978, de 12/11/1968, promulgada na França, após as agitações sociais daquele país, para a orientação do ensino superior:

As universidades devem empenhar-se em conduzir ao mais alto nível e ao melhor ritmo de progresso as formas superiores de cultura e de pesquisa, proporcionando àqueles que têm vocação e capacidade acesso a elas.

Elas devem responder às necessidades da nação fornecendo-lhe executivos em todos os campos e participando do desenvolvimento social e econômico de cada região. Nesta tarefa, as universidades devem moldar-se à evolução democrática exigida pela revolução industrial e técnica (HELL, 1989, p. 8).

A educação é apresentada como redentora na formação do homem e tem como valor essencial a liberdade, ainda mais em época revolucionária na França, local e

tempo retratados pelo autor. Nota-se que os acontecimentos históricos são preponderantes na formação social e na concepção de educação.

E, mais uma vez, notamos a escala de valores para a cultura, agora relacionada à educação, e redigida por um grupo de cultos civilizados, conforme a definição criada pelos próprios.

Não nos devemos esquecer que o modelo educacional e cultural francês foi de grande influência na sociedade brasileira durante um grande período da sua história e salientamos que na França foi Descartes⁴ quem introduziu a língua francesa, considerada vulgar à época, para os seus escritos científicos. O padrão era escrever em latim.

Hell (1989), ao citar a *Enciclopédia* de Diderot e d'Alembert como uma obra fundamental do século XVIII, nos dá mais uma noção de cultura:

A cultura caracteriza-se em primeiro lugar pelo conjunto de realizações, devidas ao espírito e à mão do homem. Mas fazendo, produzindo, o homem se faz, produz a si mesmo. Portanto, a cultura está também na ação espiritual e psicológica que as obras e os conhecimentos, bem como as relações com o mundo que elas requerem, exercem profundamente sobre o homem. E é este homem, ao mesmo tempo ideia e ser-no-mundo em perpétuo devir, que está no centro da *Enciclopédia* (HELL, 1989, p. 36-7, grifo do autor).

Conclui-se, assim, conforme Hell (1989):

[...] seria inútil querer fixar limites à ideia de cultura, pretender defini-la; contudo, é necessário tentar determiná-la sem o propósito de englobar tudo (religião, mitologia, política, economia, vida artística e intelectual, ciências, artes práticas, arte técnica, etc.) num mesmo conceito. Importa, conseqüentemente, evitar um duplo risco: a generalização excessiva e a redução da cultura a um lenço de atividades consideradas nobres (HELL, 1989, p. 9-10).

⁴ René Descartes (França, 1596 – Suécia, 1650) – pensador racionalista que muito influenciou a Idade Moderna.

As ideias estão em constante movimento na construção e remodelação de definições e entendimentos. “O homem vive uma vida verdadeiramente humana graças à cultura. A cultura é uma forma específica do ‘existir’ e do ‘ser’ do homem.”, este é um fragmento do discurso do então Papa João Paulo II diante da Assembleia Geral da UNESCO⁵ em 1980 (HELL, 1989, p. 10).

Notamos que a cultura está presente nas discussões sobre a definição identitária. Woodward (2007) salienta que muitos movimentos étnicos, religiosos ou nacionalistas reivindicam uma cultura ou uma história em comum como fundamento de identidade de um determinado grupo social. A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar por um modo específico da subjetividade.

A questão da identidade cultural nos dá a percepção de que somos múltiplos, mas conforme Marin et al. (2002), uma pessoa não tem múltiplas identidades e sim apenas uma que é feita de todos os elementos que dão forma a uma mescla única, pode-se dizer, então, que existem subidentidades na qual uma não exclui a outra, são múltiplos e complexos pertencimentos.

3.2 Atualizando a noção de cultura

A ideia de cultura nos tempos atuais parece-nos que está voltada para o entendimento das questões identitárias, não mais quanto às questões antropológicas que foram fundantes na conceituação da cultura. Por isso é que se retoma nesta seção, de maneira mais aprofundada, a questão da identidade. Ela está presente no entendimento atual das questões culturais.

Ao analisarmos o mundo de hoje, e ao longo da história, percebemos que não é um mundo uniforme, igualitário, sem distinções e possuidor de uma cultura única. Está presente nele a manifestação de diversas culturas, conforme o estudo dos etnólogos e antropólogos, embora estes estivessem mais interessados no estudo e formação de conceitos mais universais, ou seja, pretendiam criar definições abrangentes que

⁵ UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, fundada em 1945 e com sede em Paris, França.

servissem para todos de maneira indistinta, seguindo a condição do entender científico da época.

Embora alguns grupos tendam a apresentar certas culturas locais, a qual pertencem, como uma cultura única, pujante e dinamizadora das relações sociais, com a pretensão de firmar que “a sua cultura” representa todo um conjunto maior de pessoas, estes não levam em consideração as identidades e o sentimento de pertencimento específico dos grupos minoritários do poder, com seus padrões culturais próprios. Assim, ditam o seu modelo de vida como exemplo a ser seguido por todos, sem levar em consideração as especificidades culturais de outros grupos com os quais, muitas vezes, dividem o mesmo espaço.

Portanto, os valores e princípios de determinados agentes sociais que desejam homogeneizar e elevar a uma escala nacional o seu padrão cultural acaba promovendo conflitos e discriminações arbitrárias.

Podemos dizer que para uma melhor compreensão de cultura, deve-se levar em conta que o multiculturalismo está presente e intimamente associado à chamada sociedade globalizada, iniciada de maneira mais contundente à época da expansão do capitalismo mercantilista europeu, logo, não é atual, mas que devido às condições de interatividade das pessoas, por meio das chamadas redes sociais e da comunicação de massa, faz com que a sua percepção esteja mais presente e dinâmica.

O desenvolvimento global do capitalismo tem como característica mais recente a convergência de culturas e estilos de vida nas sociedades mundiais que estão expostas ao seu impacto. Porém, a globalização produz diferentes resultados em termos de identidade. Assim:

A homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local. De forma alternativa, pode levar a uma resistência que pode fortalecer e reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidade (WOODWARD, 2007, p. 21).

O mundo hoje está marcado pela plasticidade e pela fluidez de fronteiras, não territoriais, mas no sentido da economia e da cultura, nas quais o tempo e o espaço são redimensionados pelos recursos tecnológicos.

Candau (2002) salienta que não se devem ignorar as novas relações advindas desse cenário onde o espaço geográfico está fragmentado, no sentido de que muitos bens e valores provêm de um sistema transnacional desterritorializado de produção e difusão. Neste aspecto Candau (2002) aproxima-se de Silva (2013), ao entender que vivemos em outro período histórico, quer seja, a pós-modernidade, em virtude que este período privilegia o hibridismo, ou mistura, de culturas, de estilos e de modos de vida.

“O pós-moderno global não pode ser negado, seja com esta denominação ou outra. Na verdade, a ‘aldeia global’ não é homogênea, mas a influência da indústria cultural de massas e de valores supranacionais é marcante” (CAUDAU, 2002, p. 19). Salientando que o pós-moderno global, conforme expresso por Candau (2002), não abriga apenas expressões da cultura tecnológica e sim todas as mudanças ocorridas no final do século XX e início do XXI, trazendo consigo uma multiplicidade de conceitos e de narrativas, inclusive o de retorno às tradições.

Conforme ainda Candau (2002), no mundo pós-moderno a ideia de identidades monolíticas e estáveis cede o lugar a identidades plurais, dinâmicas, híbridas⁶, vistas como um processo constante de construção e de reconstrução a partir das diferentes articulações que se estabelecem entre os indivíduos e os diferentes campos, como o da cultura, por exemplo, através dos quais eles circulam no decorrer de suas trajetórias.

Atualmente há um grande desafio para articular o global e o local e significar a nossa presença no mundo. Candau (2002, p. 35) cita Boaventura de Souza Santos “[...] as pessoas e os grupos sociais têm o direito a serem iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza.” Mas de maneira geral podemos dizer que a homogeneização cultural é uma tendência nos processos de globalização.

⁶ O termo cultura híbrida, ao qual a autora refere-se, é utilizado por Nestor García Canclini (Argentina, 1939 -) ao reportar-se às expressões culturais produzidas contemporaneamente na América Latina e que abarca distintas misturas culturais.

“A mercantilização do mundo, que o capitalismo potencializou e acabou por institucionalizar, quebrou barreiras mas não anulou as identidades culturais.”, afirma Candau (2002, p. 41) que diz, ainda, que o conhecimento deve ser reconhecido como necessário para ser universalizado, como uma mercadoria que se pretende global, conciliando o local e o global combinados. É uma relação dialética entre as identidades locais e a relação que nos faz cidadãos do mundo.

A autora, sobre essa questão, afirma que há preocupações nas articulações entre educação, mais especificamente a educação escolarizada, e culturas, motivadas recentemente por processos de dupla direção. Cita o contexto europeu, que de um lado apresenta fenômenos que se relacionam com a globalização, com a difusão da cultura de massas e por outro lado diversos fenômenos localizados e de reivindicação pelo direito à diferença como o papel das culturas locais e a emergência das culturas minoritárias, como os conflitos culturais e identitários.

Assinala, também, que na América Latina surgem propostas para uma educação que leva em consideração a diversidade de culturas devido à pluralidade cultural e da necessidade de trabalhá-la pedagogicamente. Mas essas propostas de educação são incipientes e pouco desenvolvidas. É evidente o choque de culturas e o seu processo de hibridização é cada vez mais intenso e de acordo com essa perspectiva o encontro entre culturas não implica necessariamente em exclusão, uma vez que, no processo de hibridização cultural, diferentes contextos culturais se interpenetram.

Relacionando o escrito no parágrafo anterior com a educação, podemos ressaltar que esta deve estar atenta aos referenciais culturais, estar sensível à questão da diversidade e da multiplicidade das articulações entre culturas e a própria educação enquanto processo formador e dinamizador do entendimento de culturas.

Por isso que se utiliza o termo hibridismo cultural que consiste nas misturas e transformações simbólicas de mundos até então claramente diferenciados como, por exemplo, o urbano e o rural, o moderno e o tradicional, o culto e o popular.

A escola, para exemplificação do que foi escrito e por considerarmos que deva ser o local primordial de reflexão e produção de conhecimentos, embora a escola e a escolarização não sejam o foco deste trabalho, ela deve ser entendida como o espaço

sociocultural onde a educação alia-se à cultura, na formação do espírito humanizado, entendido como aquele que promove a expansão da consciência do indivíduo situando-o no mundo em que vive e possibilitando-lhe uma maior percepção da sua real importância para este mundo.

Sobre a problemática na abordagem das relações entre educação e culturas, Candau (2002) procura explicitar que existem diversas interpretações dadas a termos e expressões que “[...] são polissêmicos e polêmicos, sendo essencial uma revisão das diferentes tendências acerca de termos tais como cultura, educação multi, pluri, inter e transcultural, bem como das noções de minoria e maioria, entre outros” (CANDAU, 2002, p. 71). Dada a complexidade apontada pela autora com relação às diversas interpretações, não abordamos neste texto, tais diferenciações.

Notadamente aos termos minoria e maioria, Candau (2002) nos chama a atenção para as conotações ambíguas e paradoxais que assumem tais termos. Essas palavras adquirem sentidos diversos, na medida em que estão relacionadas a grupos sociais nos diferentes campos teóricos e são fundamentais para a análise das questões relacionais entre educação e culturas. Por exemplo, minoria no sentido numérico expressa o quantitativo menor, ou seja, menos da metade em um universo de números. No sentido socioantropológico corresponde ao grupo de pessoas que vive à margem, como em: No Brasil a minoria (sentido social) é a grande maioria (sentido numérico) na tomada de decisões políticas.

A relação maioria-minoria é parte das relações sociais, implicando, não necessariamente, desequilíbrio numérico, mas desigualdades sociais relacionadas a poder, direitos, influência e autodeterminação. [...] são produções históricas e sociais (CANDAU, 2002, p. 77).

Porém, a consciência da importância da diversidade cultural é cada vez maior e a educação, como processo histórico-social, possibilita uma maior dimensão no entendimento de conceitos e suas relações no tempo e espaço. Assim, conforme Candau (2002), o entendimento da concepção reducionista de cultura, que privilegia as dimensões intelectual e artísticas, passa-se a uma perspectiva mais ampla, na qual se entende cultura como o estruturante profundo do cotidiano de todo grupo social.

Cultura pode então ser entendida como tudo aquilo que é produzido pelo ser humano. Assim sendo, toda pessoa humana é produtora de cultura. Não é apenas privilégio de certos grupos sociais nem pode ser apenas atribuída à escolarização formal. A cultura é um fenômeno plural, multiforme, heterogêneo, dinâmico. Envolve criação e recriação, é atividade, ação. É considerada também como um sistema de símbolos que fornece as condições e contornos de grupos sociais e sociedades específicas. Podemos, então, entendê-la como código, como sistema de comunicação, [...] (CANDAUI, 2002, p. 72).

Neste sentido podemos dizer que cultura diz respeito aos processos sociais dinâmicos, aos elementos de sua formação e que possui uma lógica própria consolidando-se com tudo que já escrevemos sobre a educação.

Destarte, a sociedade e as pessoas modificam o mundo e a si mesmas, criando culturas e fazendo a educação, vista também como um processo social dinâmico. Tanto a cultura como a educação são construções sociais complementares e dialéticas, por tudo que já notamos. Ambas se complementam, se ressignificam e se formam. Alteram-se de acordo com o momento histórico-social.

Esse dinamismo da cultura se opõe a uma visão tradicionalista e etnocêntrica, na qual existem culturas menos desenvolvidas que outras. Que determinados grupos sociais são mais evoluídos que outros. Esses discursos fundamentaram diversas invasões territoriais, às vezes, como justificativa para o bem da comunidade invadida. Conforme Candau (2002), podemos buscar as raízes desta visão de cultura nos teóricos evolucionistas do século XIX que procuravam transpor o darwinismo⁷ para o plano social e cultural. Assim, a cultura passaria por estágios de evolução, desde as mais primitivas expressões até o modelo considerado civilizado, que era a do estudioso que propunha tal análise. Desta forma, a diversidade cultural seria aparente. Era um estágio da evolução humana, indo da cultura primitiva até o seu grau maior que era o civilizado. A própria concepção de análise de mundo reflete a sociedade e o entendimento científico de boa parte da época.

⁷ Termo difundido a partir dos trabalhos de Charles Darwin (Reino Unido, 1809 - 1882), o qual teorizou sobre a evolução e a seleção natural das espécies.

Não devemos esquecer que até hoje possuímos uma rede de pensamentos e ideias muito baseadas na cultura dominante europeia, inclusive o código de sinais que escrevemos este trabalho é o português, e muito de nossas concepções de mundo também são em grande parte provenientes de uma outrora Europa.

Candau (2002), ao fazer um apanhado de vários autores que expressam seus entendimentos sobre a cultura, reforça a complexidade de se cunhar uma definição acabada sobre a questão, pois, por tudo que já escrevemos e procuramos transmitir, o entendimento para a elaboração de uma definição é complexo e se refaz constantemente, dependendo do meio e de quem a concebe.

Silva (2013) nos atenta para o fato de que se tornou comum no mundo contemporâneo dar-se destaque para as diversas formas culturais ao mesmo tempo em que ocorre um processo de homogeneização cultural, principalmente aqueles produzidos e divulgados pelos meios de comunicação de massa, citamos como exemplo a televisão. Trata-se da ambiguidade dos processos culturais, que a nosso ver faz parte da contradição do sistema no qual praticamente todo o mundo está inserido.

O sistema capitalista promove estas incertezas, ele é dinâmico e contraditório. Segundo Silva (2013) o multiculturalismo tem sua origem nos países desenvolvidos, classificado por ele como “países dominantes do Norte” (SILVA, 2013, p. 85).

Silva (2013) separa, ao mesmo tempo em que converge cultura e multiculturalismo, às semelhanças de suas problemáticas, como nos diz:

O multiculturalismo, tal como a cultura contemporânea, é fundamentalmente ambíguo. Por um lado, o multiculturalismo é um movimento legítimo de reivindicação dos grupos culturais dominados no interior daqueles países [desenvolvidos ou do Norte] para terem suas formas culturais reconhecidas e representadas na cultura nacional. O multiculturalismo pode ser visto, entretanto, também como uma solução para os ‘problemas’ que a presença de grupos raciais e étnicos coloca, no interior daqueles países, para a cultura nacional dominante (SILVA, 2013, p. 85).

De qualquer maneira, o multiculturalismo não pode ser analisado e entendido separadamente das relações de poder de uma determinada localidade. Sob essa nova

perspectiva, a dos estudos culturais, que coloca em pauta o entendimento da cultura sob a perspectiva de dimensões políticas que envolvem as relações de poder, Silva aponta:

A cultura é um campo de produção de significados no qual os diferentes grupos sociais, situados em posições diferenciais de poder, lutam pela imposição de seus significados à sociedade mais ampla. A cultura é, nessa concepção, um campo contestado de significação. O que está centralmente envolvido nesse jogo é a definição da identidade cultural e social dos diferentes grupos. A cultura é um campo onde se define não apenas a forma que o mundo deve ter, mas também a forma como as pessoas e os grupos devem ser. A cultura é um jogo de poder. Os Estudos Culturais são particularmente sensíveis às relações de poder que definem o campo cultural (SILVA, 2013, p. 133-4).

A noção de cultura, sob o ponto de vista dos estudos culturais, surgido no Reino Unido na década de 1960, em seu sentido mais amplo, difere-se de aspectos fundadores que nortearam o estudo sobre a cultura, impondo novas alternativas de análises, com visões mais críticas acerca dos saberes consagrados.

E há também, à título de exemplificação sobre a questão cultural, diversas facetas de análise, como a cultura popular, “cujo significado cultural exprime-se menos por textos literários ou criações artísticas do que por todo um conjunto de atitudes, de comportamentos, de práticas e de ritos, às vezes muito discretos” (HELL, 1989, p. 110).

Cada cultura tem suas próprias e distintas formas de classificar o mundo. É pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados. Há, entre os membros de uma sociedade, um certo grau de consenso sobre como classificar as coisas a fim de manter alguma ordem social. Esses sistemas partilhados de significação são, na verdade, o que se entende por ‘cultura’ (WOODWARD, 2007, p. 41).

Realçando o destaque conferido por Silva (2013), dizemos que a compreensão da cultura não só está no campo da antropologia e sim, também, no campo político, onde as relações de poder são melhores estudadas. O autor ainda realça a importância

dos estudos antropológicos na criação da ideia de não estabelecer hierarquias entre as culturas humanas, como explicitadas anteriormente pela antropologia clássica.

Tal tema, o multiculturalismo, emerge em grande parte devido ao chamado processo de globalização no nível cultural, que leva a uma maior homogeneização nos costumes, maneiras de viver e nos valores compartilhados entre as pessoas de diversas culturas.

A questão, conforme Marin et al. (2002), se por um lado favorece a transnacionalização ou supranacionalização no sentido de uma identidade transcultural, por outro lado faz ressurgir os sentimentos nacionalistas e os conflitos étnico-culturais, anteriormente abordados, e conforme a autora citada, são responsáveis pela origem da maior parte dos conflitos e guerras da atualidade em todos os lugares.

A essa questão podemos citar, ainda, Candau (2002), que sugere que nas próximas décadas os grandes conflitos da humanidade serão de ordem culturais nos quais o choque das civilizações dominará a política global. Neste cenário, tanto nos países capitalistas centrais como nos periféricos, no qual o Brasil situa-se, fará com que as questões culturais sejam temas centrais de discussões, quer pelo enfraquecimento de antigas referências quer pela influência de uma cultura globalizada e principalmente pela multiplicação de afirmações identitárias.

A cultura, nos dizeres alusivos de Candau (2002), pode ser entendida por meio do símbolo de um bloco de iceberg, onde na superfície da água estariam os “[...] elementos culturais como arte, literatura, produção científica, música popular, erudita, entre outros.” E nas partes submersas, onde nossos olhos não veem, estariam “... os valores, os papéis relativos a gênero, idade, classe social; conceito de justiça, amor, relações parentais, entre muitos outros aspectos. Assim, a cultura configura o nosso modo de ser e a maneira pela qual cada grupo social se organiza, [...]” (CANDAU, 2002, p. 74), relacionados a processos no campo do subconsciente e o inconsciente.

Conforme Marin et al. (2002) as identidades surgem das tendências de coexistência, ao mesmo tempo em que se configuram a identidade universal e a local. A questão é saber entender se são tendências opostas ou podem ser complementares e identificar se ambas podem chegar a construir uma nova identidade, surgindo, então, a

aculturação, que é um fenômeno psicossocial multidimensional refletido nas trocas psicológicas que ocorrem nos indivíduos como resultado de seu encontro com uma nova cultura e se apresenta como um processo de troca de atitudes e comportamentos que ocorrem, consciente ou inconscientemente, nas pessoas residentes em sociedades multiculturais e que entram em contato com essa nova cultura devido a processos migratórios, invasões territoriais ou outras motivações político-sociais.

Hoje em dia há um entendimento generalizado entre autores pesquisados de que a identidade cultural não é fixa e inalterável, é sim dinâmica e está inserida em um contínuo processo de reconstrução onde à sua conformação intervêm dimensões temporais, espaciais e contextuais. Mas o cerne deste trabalho está na pesquisa sobre a cultura em si e não nas questões de identidade, que são desmembramentos da cultura. O simples relato da existência de tais questões visou à ratificação da complexidade da cultura. Se preferirmos, poderíamos simplificar ao máximo e escrever que toda a ação e pensamento humanos são formas de cultura. O homem é cultura e a educação, no sentido amplo, estrutura a cultura no homem.

Resumidamente podemos dizer que a cultura, ou melhor, os fenômenos culturais, são complexos, dinâmicos, heterogêneos, sociais e históricos, não sendo passíveis de conceitualizações definitivas e fixas. O desafio consiste em entender a questão da cultura dentro de uma abordagem que contemple a multiplicidade de perspectivas e tendências.

4. CONCLUSÕES

Ao elaborar as reflexões impressas no texto, ficamos atentos em buscar suporte em trabalhos de épocas passadas e sedimentá-los com as visões mais atuais, o chamado pós-modernismo, que compreende, de maneira controversa, o período pós-queda do socialismo soviético na década de 1990, que para muitos autores é um novo momento histórico, econômico e cultural que estamos vivendo.

A fluidez no texto em perpassar por autores cujas obras são consideradas clássicos tradicionais no que concerne às conceituações de educação e cultura, respectivamente em Durkheim e Malinowski, e procurar relacioná-los com a atualidade, também é uma exemplificação da pós-modernidade, na qual as relações comparativas são mais difusas, dinâmicas e com incertezas para o devir.

Salientamos, ainda, que os objetivos de estudos visavam à compreensão do entendimento, tanto da educação como a da cultura, em perspectivas amplas com enfoque preciso em seus conceitos e sem deixar dúvidas acerca das definições, que embora estejam em constantes elaborações, não faz com que um evento que parece ultrapassado possa emergir com aspecto de novo e com a utilização de novas terminologias. O mais importante a ressaltar é que o homem está em incessante procura do entendimento da sua relação com o mundo no qual está inserido.

Diante do exposto, tanto sobre a educação, entendida como fenômeno de transmissão e formação do desenvolvimento intelectual e das habilidades materiais do homem, como sobre a cultura, no seu conjunto de comportamentos, costumes e visões de mundo elaboradas pelo ser humano, pode-se dizer que essas questões têm no coletivo da sociedade a sua potencialidade exacerbada e a afirmação identitária do homem, tanto como espécie e como indivíduo único, tem as suas percepções e elaborações mentais formadas.

A coletividade nos forma e cria parâmetros de observações relacionais. A sociedade é formada pelo conjunto de indivíduos que possuem cada qual a sua identidade, que é elaborada pelo convívio social que dá suporte para a criação, mais uma vez, da identidade individual.

Conforme Silva (2013, p. 139), além da educação há outras instâncias culturais que nos ensinam alguma coisa. “Tanto a educação quanto a cultura em geral estão envolvidas em processos de transformação da identidade e da subjetividade.”

Para finalizar, retomaremos aos autores que fundamentaram de maneira mais proficiente as inquietações acerca do tema proposto, salientando que habitualmente colocamos em oposição a ideia de sociedade à ideia de indivíduo e sacrificamos o indivíduo em detrimento da sociedade. Mas no trabalho de Durkheim é relatado que o homem existe também como indivíduo, diferenciado, com personalidade própria, com originalidade criadora e resistência às influências coletivas. Na base do seu pensamento educador é possível individualizar por meio da socialização, este é o fim da educação, com o qual nos posicionamos de acordo.

Se pensarmos somente na sociedade como um ente de vida própria, estaremos deixando de lado a personalidade humana individual, a noção da iniciativa, do aperfeiçoamento e responsabilidades próprias de cada indivíduo, estaremos anulando o próprio Durkheim, que buscou dar um entendimento sociológico à educação, ousando em seus estudos e ampliando a percepção da educação ao trazer contribuições ao desenvolvimento da mesma.

Em todos os grupos sociais ocorre o fenômeno da educação que pode ocorrer pelas tradições, hábitos com regras explícitas ou implícitas, em instituições criadas especificamente para tal fim, sob a influência de pensamentos, ideias ou de sentimentos coletivos de uma localidade e de uma época. De tal percepção surge uma ciência da educação, que como tal, tem fins e métodos próprios que é o de conhecer e compreender os processos educativos de formação individual e coletiva.

A cultura, cuja etimologia deriva do latim *colere*, cultivar, teve várias significações desde a sua tomada pelas ciências humanas, iniciada pela antropologia e que teve em Malinowski um de seus expoentes.

Para ele a cultura era todo o aparato técnico desenvolvido pelo homem para melhor adaptação ao meio físico, além das imagens simbólicas criadas no intuito de facilitar a permanência nesse meio e dar respostas aos muitos questionamentos da razão humana.

Malinowski fez de seus estudos da cultura um relato da condição animal do ser humano, sem deixar com isso, de verificar as implicações sociais e individuais próprias da espécie humana.

A cultura, em seu entendimento, é ampla e permite ao homem a criação material e espiritual, respectivamente de objetos e símbolos, propiciando uma melhor compreensão de nós mesmos.

Essa cultura faz-se profícua a partir de sua transmissão, de uma geração a outra, e é nesse contexto que a educação formal, ou não, torna-se relevante. Este trabalho tratou de conceituar a educação não formal, sem contudo deixar de mencionar a educação escolarizada como um importante meio de transmissão de conhecimentos entre as gerações, conforme corrobora Durkheim.

A cultura na pós-modernidade passou a ter uma conotação mais identitária e fragmentária, por meio do agrupamento de indivíduos com singularidades próprias e que os fazem se perceber enquanto membros do grupo em si, valorizando aspectos da cultura antes renegados aos grupos de menor representação social.

Em Durkheim (1967) podemos notar a importância da sociedade na formação da educação e em Malinowski (1975) vimos o desenvolvimento da criação material a partir das necessidades humanas para a manutenção da própria vida, enquanto indivíduo de um grupo social.

Verificamos, ainda, que a cultura é parte inerente do homem. A nossa existência está condicionada a uma cultura própria da espécie humana e diferenciada pelo grupo ao qual pertencemos. As culturas, como exposto por Candau (2002) e autores contemporâneos, são a nossa forma de expressão no mundo, que cada vez mais globalizado tende a criar uma miscelânea de comportamentos e atitudes que fica difícil de identificar a sua origem.

No mundo da produção capitalista, as questões políticas de nacionalidade e de poder não permitem, até o momento, vislumbrar o homem como um grupo coeso, unido por laços que suplantem os regionalismos e as culturas distintas.

O objetivo da pesquisa visou a compreender as questões mencionadas e permitiu vislumbrar o que já havíamos percebido na questão da educação e da cultura. A abrangência de significações para ambos os conceitos é ampla, com várias maneiras de

situar e interpretar os conceitos, dependendo do momento histórico, do contexto social e da leitura de mundo do pesquisador, que é um ser histórico, possuidor de princípios e valores que irão nortear os seus escritos, que por mais neutro queira-se ficar da pesquisa, é difícil distanciar os pensamentos e a atuação política do mundo em que vive.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2ª ed., São Paulo: Moderna, 1996.
- BOSI, Alfredo (org.) **Cultura brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 1987.
- CANDAU, Vera Maria (org.) **Sociedade, Educação e Cultura(s): questões e propostas**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Civilização e cultura: pesquisas e notas de etnografia**. São Paulo: Global, 2004.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 7ª ed., São Paulo: Melhoramentos, 1967.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 33ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- GATTI, Bernardete A. **Psicologia da educação: conceitos, sentidos e contribuições**. *Psicologia educação*, São Paulo, n. 31, ago. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752010000200002> Acesso em: 06 maio 2014.
- HELL, Victor. **A ideia de cultura**. São Paulo, Martins Fontes, 1989.
- LIBÂNEO, José Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. IN: _____. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1992.
- Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAehikAH/libaneo>> Acesso em: 15 abril 2013.
- _____. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 8ª ed., São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. **Didática**. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2013.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Uma teoria científica da cultura**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MARÍN, Maria Ángeles, *et al.* Identidad en contextos multiculturales. IN: CANDAU, Vera Maria (org.) **Sociedade, Educação e Cultura(s): questões e propostas**. Petrópolis: Vozes, 2002. P. 240-84.
- PÉREZ GÓMEZ, A.I. **A cultura escolar na sociedade neoliberal**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23^a ed., São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3^a ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. IN: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 7^a ed., Petrópolis: Vozes, 2007. P. 7-72.